

**OS CATEGÓRICOS DE OBSERVAÇÃO:  
UMA SOLUÇÃO PARA VIABILIZAR  
O HOLISMO SEMÂNTICO “MODERADO” DE QUINE**

ARACELI VELLOSO  
*Universidade Federal de Goiás*

**Abstract**

*The “observational categoricals” constitute a very special set of sentences of great importance in the last phase of Quine’s work. According to Quine, the grammatical structure and therefore the role played by these sentences considered by the philosopher as the neutral empirical content of theories would solve several difficulties in semantics and epistemology. Most urgent among them would be: the incommensurability of theories, their empirical verifiability, as well as explaining the language learning process. In consequence of the importance of their task and their rather late appearance, we consider quite relevant to investigate in details the origin of these choice, as well as the structure and function of these sentences, very peculiar to Quine’s semantical approach.*

## 1. Introdução

Para introduzir a discussão sobre a origem e papel dos “categóricos de observação” na obra de Quine, faz-se necessário em primeiro lugar discutir uma outra questão anterior e preparatória a essa: o debate acerca de se a posição semântica do filósofo pode ser, como ele próprio reivindica, um holismo “moderado”, ou se a tese semântica holista que o filósofo subscreve tem de ser considerada, ao final das contas, uma tese radical. Na seqüência desse artigo, mostraremos que os “categóricos” têm, como função primordial, justamente introduzir esse elemento moderador na “semântica” de Quine.

Como partes centrais da discussão sobre o aspecto “moderado” do holismo semântico de Quine, serão apresentadas as objeções de dois filósofos contemporâneos que fazem uma forte oposição, no meio de filosofia da linguagem atual, às semânticas pragmatistas ao estilo da abordagem de Quine. Esses dois filósofos, Jerry Fodor e Ernest Lepore, publicaram um livro chamado *Holism: a Shopper’s Guide*, no qual debatem crítica e exaustivamente as várias posições que eles consideram significativas em favor dessa posição. O interesse do presente artigo será

*Principia*, 10(1) (2006), pp. 81–104. Published by NEL — Epistemology and Logic Research Group, Federal University of Santa Catarina (UFSC), Brazil.

apenas o de usar essas críticas para delas extrair uma sugestão de como seria possível viabilizar esse holismo numa versão moderada.

Adicionaremos à discussão de Fodor e Lepore a resposta dada por Quine a essas mesmas objeções, embora em outro contexto. Com efeito, apesar de não ter sido formulada diretamente a esses dois filósofos, a réplica de Quine é bastante objetiva e pode também ser considerada como uma resposta às suas objeções. Ao final dessa primeira parte do artigo serão resumidas, em linhas gerais, a significação e as conseqüências filosóficas do holismo semântico “moderado” de Quine.

Após essa discussão preliminar, exploraremos aquela que consideramos a solução mais interessante para as dificuldades nas quais se encontra Quine: o apelo à noção de “categóricos de observação”. Nessa ocasião, serão consideradas as razões que teriam levado o filósofo a propor essas sentenças especiais como um modo de viabilizar a sua posição. Em seguida, exporemos em mais detalhes em que consistiria essa solução.

À guisa de conclusão, discutiremos brevemente a concepção tradicional de verdade e a alternativa de Quine — a noção pragmatista de “significado estimulativo” — que introduziria uma maneira alternativa de testar e comparar teorias.

## 2. Um holismo radical ou moderado?

### 2.1. A posição oficial de Quine

Embora Quine faça questão de alegar,<sup>1</sup> àqueles que o acusam de ser um holista semântico,<sup>2</sup> que o holismo resultante dos argumentos por ele apresentados, tanto em “Os Dois dogmas do empirismo”, como em “Tradução e significado”,<sup>3</sup> não é uma tese radical mais, sim, “moderada”, essa não é uma afirmação que se possa fazer sem respaldo teórico. Uma restrição ao escopo do holismo semântico como aquela pretendida pelo filósofo americano significaria, na prática, que algumas sentenças (segundo Quine, inicialmente, as sentenças de observação<sup>4</sup>) teriam um significado determinável isoladamente. Com efeito, Quine aceita a idéia de que certas sentenças tenham esse significado completamente isolável. Em resposta a Putnam, o filósofo diz o seguinte:

O que Putnam chama de confirmação “de cima para baixo” acontece em uma teoria coerentista — um holismo mais extremado do que o meu. Ele parece subestimar as minhas sentenças de observação, [...]

Ao contrário, eu realmente pretendi que o significado estimulativo capturasse a noção de “significado” — para a comunidade lingüística,

no caso de uma sentença de observação, e para o falante individual, no caso de muitas outras sentenças de ocasião. É o significado das sentenças permanentes que é indefinível. (Quine 1998, p. 427)

Assim, segundo o próprio filósofo, o seu holismo é um holismo “moderado”, ou seja, apenas algumas sentenças deixariam de ter um conteúdo próprio e determinado. Esse holismo “moderado”, como o próprio filósofo afirma em “Two dogmas in retrospect”, é formulado em oposição ao reducionismo, também moderado, dos positivistas lógicos do círculo de Viena. (Quine 1991, p. 272)

Apesar da ênfase com a qual Quine defende a sua posição, devemos admitir que o holismo semântico pretendido pelo filósofo apresenta alguns inconvenientes, caso não possa ser restrito a uma parte da nossa linguagem. Se for demonstrado que essa é uma tese necessariamente radical, isso poderia inviabilizar qualquer sistematização do processo comunicativo, apenas para começar a listar as dificuldades<sup>5</sup>. Com efeito, a mais grave delas seria para a epistemologia, *viz.*, a impossibilidade de testar e comparar teorias científicas rivais, mais conhecida na literatura como “o problema da incomensurabilidade de teorias”.

## 2.2. As críticas de Fodor e Lepore

A incomensurabilidade de teorias, bastante enfatizada por Fodor e Lepore em seu livro, seria decorrente, segundo os dois filósofos, de uma séria dificuldade em compatibilizar duas teses centrais na filosofia de Quine.<sup>6</sup> Essas duas teses incompatíveis seriam: o verificacionismo de Quine (o que eles chamam de tese de Peirce) e o holismo da confirmação, na versão conhecida como “a tese de Duhem/Quine” (D/Q de agora em diante) (cf. Fodor e Lepore 1992, cap. 2).

Segundo os dois filósofos, a tese de Peirce reza que “o significado de um *enunciado*<sup>7</sup> é idêntico a (ou determinado por) aquilo que conta como justificativa empírica para a sua verdade” (Fodor e Lepore 1992, p. 260). De acordo com Fodor e Lepore, teríamos de admitir, juntamente com a tese de Peirce, o truísmo (que eles chamam de premissa 3) de que um *enunciado* só poderia ser identificado por suas propriedades semânticas. Assim, esse critério de identidade de um *enunciado* — o seu método de confirmação — seria o único critério disponível para a identificação de um enunciado (1992, p. 44). Já a tese de D/Q, numa de suas muitas versões — aquela que os dois filósofos consideram a mais cara a Quine — reza que se poderia considerar qualquer *enunciado* verdadeiro quando confrontado com uma experiência recalcitrante, caso fossem feitos os reajustes necessários em outras partes da teoria.

A incompatibilidade que Fodor e Lepore encontram entre essas duas teses (Peirce e Duhem) poderia ser introduzida de uma maneira bem sucinta através da seguinte pergunta: qual seria o melhor candidato ao papel daquilo que Quine chama de “enunciado”? Segundo os dois filósofos, teríamos as seguintes opções: sentença (ou fórmula vazia); proposição; ou sentença (ou fórmula) associada a uma interpretação semântica que lhe seja determinada de modo essencial (ou irrevogável).

Com efeito, os autores apresentam um argumento em favor do holismo semântico que teria sido supostamente dado por Quine no artigo “Two dogmas of empiricism”. Os dois filósofos montam o suposto argumento de Quine em cima de duas premissas (as duas teses apresentadas) e um truísmo e alegam, logo em seguida, que a conclusão desse argumento supostamente de Quine — o holismo semântico — não seria válida. Para chegar a essa conclusão, Fodor e Lepore analisam as três alternativas por eles oferecidas para o papel de “enunciado”, apontando, em cada uma delas, ao menos uma séria incompatibilidade da interpretação em questão com as premissas apresentadas. Por uma questão de brevidade, apresentaremos apenas um resumo da análise feita por Fodor e Lepore dessas três alternativas e, em seguida, comentaremos a conclusão à qual chegam os dois autores.

Segundo Fodor e Lepore, se escolhermos uma das duas opções nas quais a interpretação semântica é dada de modo essencial, ou seja: não passível de revisão (proposições ou fórmulas interpretadas), teremos problemas com a tese de D/Q (que reza que poderíamos, num caso extremo, revisar *semanticamente* as sentenças para salvá-las de uma experiência recalitrante).

Porém, se alternativamente escolhermos compreender os enunciados como sentenças (ou fórmulas vazias) às quais devemos acrescentar uma interpretação, então teremos problemas com a tese de Peirce compreendida à luz do “truísmo” acoplado a ela pelos dois filósofos (aquele que reza que um enunciado deve ser identificado apenas por suas propriedades semânticas). A consequência imediata do “truísmo” sustentado por Fodor e Lepore é a de que, se o método de confirmação de um enunciado mudar, as propriedades semânticas daquele *enunciado* se modificarão e, portanto, teremos em realidade um outro enunciado e não o *enunciado* que havia sido identificado e confirmado anteriormente. Ainda no caso de escolhermos fórmulas vazias, teremos problemas também com a tese de D/Q, pois, ao invés de uma revisão, estaríamos simplesmente mudando o *enunciado* ameaçado. É por essa razão que os autores consideram que essa segunda alternativa tornaria a revisibilidade postulada na tese de D/Q trivial e desinteressante.

Quais seriam as conclusões que poderíamos extrair desse intrincado argumento? A conclusão que extraem dele Fodor e Lepore é a de que os candidatos ideais para uma teoria semântica seriam fórmulas revisáveis; no entanto, para uma teoria epistemológica, os melhores candidatos seriam as proposições (ou qualquer coisa que não pudesse mudar de conteúdo semântico). Ou seja, deveríamos separar semântica de epistemologia, um resultado que certamente não seria aceito de bom grado por Quine.

### 2.3. A resposta de Quine

Uma réplica às críticas de Adolf Grünbaum, publicada apenas em 1973 juntamente com as críticas e bem pouco conhecida, parece ser o único momento no qual Quine se defende da acusação (que, na verdade, havia sido feita primeiramente por Grünbaum e não por Fodor e Lepore) de que a sua formulação da tese de D/Q seria trivial. A defesa feita por Quine é, com efeito, bastante simples e consoante com a sua posição filosófica: ele aceita a trivialidade da tese de D/Q e afirma, simplesmente, que a sua intenção não havia sido a de considerá-la interessante nesse sentido.

A sua alegação de que a tese de Duhem-Quine [...] não é sustentável se considerada de modo não-trivial me parece persuasiva [...] De minha parte eu diria que, do modo como eu a usei, ela provavelmente é trivial. Eu não a propus como uma tese interessante nesse sentido. [...] Não estou preocupado nem em evitar o extremo trivial de sustentar uma lei mudando um significado; a distinção entre significado e fato é parte daquilo que, em tal contexto, estou questionando. (Quine 1975a, p. 132)<sup>8</sup>

Os argumentos que se encontram nesse trecho nos levam a conclusão de que o “truísmo” apontado pelos dois filósofos como uma consequência necessária da tese semântica de “Peirce” não poderia ser aceito por Quine — o filósofo mais velho estaria, pelo contrário, assumidamente propondo uma *equivalência* entre “significado” e “condições de confirmação”. Segundo Quine, portanto, os “significados” não são anteriores logicamente (e, portanto, determinantes das “condições de confirmação”), mas variam de acordo com as variações ocorridas nessas condições. Assim, não temos um significado identificador do *enunciado* ou *sentença* e determinador das suas condições de confirmação. Logo, se as condições de confirmação mudarem, o significado determinado por elas poderá mudar, embora as fórmulas, ou signos lingüísticos, *possam* permanecer os mesmos.

Apesar dessa resposta contundente, a pressuposição de que devemos dar um critério de *identidade* para significado, e não um critério de *significatividade*, como queriam os antigos positivistas lógicos, leva Quine a uma séria dificuldade. Com efeito, a identificação de “significado” com “condições de confirmação”, sugerida por Quine, gera uma contaminação<sup>9</sup> comprometedora dos significados das sentenças pela teoria adotada.

A contaminação dos significados pela teoria/língua em questão nos deixa apenas com uma alternativa, caso não queiramos nos comprometer com o mentalismo e/ou com critérios intensionais: recorrer a critérios comportamentais para checar e comparar teorias rivais (os únicos que não estariam vinculados a uma teoria específica). Assim, embora a conclusão de Fodor e Lepore — a de que devemos distinguir semântica de epistemologia — seja uma petição de princípios em relação à posição filosófica de Quine, alguns dos problemas levantados por esses filósofos não podem deixar de ser comentados, caso se queira manter a tese de D/Q como uma tese trivial, porém interessante, ao menos em epistemologia, evitando o sério risco de um relativismo insuperável.

Dentre os problemas causados pela subscrição à tese da não separação entre linguagem e epistemologia, ou da não anterioridade do sentido sobre a verdade, ambas teses que “empurram” o filósofo americano a um holismo semântico, um dos mais relevantes é o problema da incomensurabilidade de teorias. Para que Quine possa manter as suas conclusões holistas numa versão “moderada”, evitando que essa se torne uma teoria desinteressante do ponto de vista científico (sem falar em uma teoria da mente ou dos fundamentos da matemática), ele terá de dispor de algum método para atribuir conteúdo empírico neutro a uma parte da língua/teoria. Somente assim ele poderia sustentar a possibilidade de revisão do significado das sentenças proposta pela tese de D/Q, sem que essa revisão levasse necessariamente a um relativismo insuperável.

Para resolver o dilema da incomensurabilidade de teorias, Quine é obrigado a procurar uma nova noção de “significado empírico” que transcenda todas as linguagens ou teorias específicas (que seja interlingüística, enfim ; cf. Velloso 2005). No entanto, como resultado das críticas incisivas feitas pelo filósofo no seu famoso artigo “Two Dogmas of Empiricism”, bem como no segundo capítulo do seu livro *W&O*, ele próprio havia chegado à conclusão de que qualquer noção de “significado” mais forte da qual pudéssemos dispor, seria indeterminada em termos de tradução, já que contaminada teoricamente, ou seja, dependeria de uma teoria específica (sendo, portanto, imanente).

Parece que nesse ponto chegamos a um impasse de difícil solução. Para re-

solvê-lo, teríamos de encontrar uma maneira de atribuir, ao menos a uma parte da linguagem, um conteúdo empírico (e, portanto, um significado empírico) que fosse teoricamente neutro. Como já vimos no início desse artigo, Quine chega a propor em alguns trechos de sua obra que as suas “sentenças de observação” constituam a parte semanticamente determinada da linguagem. Elas seriam portadoras daquilo que Quine chama de “significado estimulativo” (cf. nota 18) e funcionariam, portanto, como uma espécie de “solo comum” (ou base empírica) a partir do qual poderíamos explicar a comunicação, comparar teorias rivais que de outra maneira, seriam incomensuráveis, e finalmente testar nossas teorias, descartando aquelas que fossem infirmadas.

Como uma última função, essa parte especial da linguagem imune à tese da indeterminação poderia carregar para “dentro” da linguagem um conteúdo empírico neutro que seria responsável pelo aspecto “moderado” do holismo semântico de Quine. Assim, essa parte semanticamente determinada da linguagem forneceria um critério de significado que recuperasse, de algum modo, ainda que parcial, as exigências do modelo verificacionista (ou confirmacionista<sup>10</sup>).

Não obstante, embora, no segundo capítulo do seu livro *W&O*, Quine tenha procurado mostrar em que sentido poderíamos considerar as sentenças de observação como portadoras de um significado exclusivo e determinado, não está claro que o “significado estimulativo” (cf. nota 18) das sentenças de observação — consideradas individualmente — seja suficiente para resolver os problemas acarretados por uma posição holista em semântica, nem como ele poderia ser incorporado ao resto da linguagem/teoria.

Com efeito, a solução de usar as sentenças de observação como base empírica de uma teoria/linguagem já havia sido tentada antes pelos positivistas do círculo de Viena. Nessa ocasião, haviam sido constatadas diversas dificuldades com essa solução, como o próprio Quine analisa em *Theories and Things* (pp. 24–30). O principal problema era o de como manter a relação de inferência lógica entre as sentenças de observação e a teoria. Inicialmente teríamos de dar a essas sentenças de observação o status de sentenças permanentes (com um valor de verdade fixo) para que pudessem ser inferidas a partir de teorias. Para tanto seria necessário acrescentarmos a elas índices de tempo e lugar visando fixar o seu valor de verdade. Em seguida teríamos de uni-las duas a duas, em pares que compusessem uma condição inicial e uma consequência empírica, os “condicionais de observação”. O condicional seria uma única sentença composta de duas outras sentenças, o antecedente e o consequente, que falariam sobre o mesmo ponto no tempo e no espaço. Assim conjugadas e consideradas como partes componentes

de uma sentença permanente, as sentenças de observação poderiam finalmente ser inferidas de teorias. Mas, se as sentenças de observação passassem à categoria de sentenças permanentes, teriam de ser consideradas hipóteses e perderiam o caráter de verificabilidade imediata.<sup>11</sup> Tendo em vista dificuldades como essas, investigaremos a seguir qual seria, de fato, a melhor solução do ponto de vista de Quine para o impasse apontado por Fodor e Lepore.

### 3. A solução para o holismo semântico “moderado” de Quine: os categóricos de observação

Nas próximas seções vamos explorar uma solução que talvez possa finalmente resolver a tensão que apontamos na abordagem filosófica de Quine. A solução que vamos propor é, com efeito, mais complexa do que a proposta inicial de Quine e vai além da sua sugestão envolvendo as sentenças de observação. Essa solução consistiria em adotar, como parte intermediadora entre as sentenças de observação e as sentenças teóricas, um grupo de sentenças que apenas tardiamente foi introduzido na obra do filósofo americano: os “categóricos de observação”. Os “categóricos”, sentenças teóricas por excelência, seriam no entanto compostas por duas sentenças (de ocasião) de observação.<sup>12</sup> Eles viriam para substituir os antigos “condicionais de observação” e, por serem, ao contrário dos condicionais, compostos por duas sentenças *sem* valor de verdade fixo, deveriam funcionar finalmente como o desejável “pivô” entre a “parte” teórica e a “parte” observacional, viabilizando assim o holismo “moderado” de Quine.

Apenas a título de apresentação inicial, podemos antecipar que o “categórico de observação” proposto pelo filósofo americano possui uma estrutura bem simples. Ele é composto por apenas dois elementos distintos: duas *sentenças de ocasião de observação* e um conectivo lógico, o condicional. Contudo, apesar de composto por duas *sentenças de observação* simples ligadas por um conectivo lógico, o “categórico” seria ainda uma sentença teórica. Assim, embora possamos encontrar em sua estrutura “sentenças” ligadas diretamente a situações atuais determinadas, graças à presença do condicional, essas “sentenças” comporiam, quando unidas por ele, uma sentença geral e portanto teórica. Os exemplos seriam: “Quando neva, fica frio”; “Onde há fumaça, há fogo”; “Quando o sol nasce, os pássaros cantam”.

Como podemos constatar nas suas últimas publicações, essas sentenças especiais foram introduzidas pelo filósofo americano com o intuito de resolver os três

problemas cruciais já mencionadas na seção anterior: o da incomensurabilidade de teorias, o da sua verificabilidade empírica e, finalmente, explicar a gênese do processo comunicacional (Quine 1992, pp. 23–4; 1995, p. 25 e 79–80).

Eu os vejo, não apenas como teorias científicas em miniatura, mas como os pontos finais de checagem da ciência em geral. Uma teoria é testada deduzindo-se um categórico de observação a partir dela e testando o categórico. (Quine 1995, p. 44)

O alcance dos resultados obtidos por essa nova abordagem e a sua efetividade em resolver os três problemas citados se encontra, contudo, ainda obscurecida em meio a outras soluções também experimentadas pelo filósofo. O próprio Quine não parece ter dado suficiente destaque à solução oferecida pelos “categóricos”, tendo gastado muito esforço tentando explicar o conceito de “sentenças de observação”.

Com efeito, a solução que envolve o recurso aos “categóricos de observação” poderia ser considerada, caso efetiva, bem mais elegante do que aquela que envolvesse apenas o recurso às “sentenças de observação”. Essa elegância se deveria ao fato de que o recurso aos “categóricos” representa, de uma certa maneira, um abandono de algum tipo de polarização entre sujeito e mundo, um resquício internalista e cartesiano presente nas definições de “sentença de observação” mais precoces, em direção a uma exteriorização dos procedimentos de justificativa, tanto em epistemologia, quanto em semântica, como será esclarecido mais adiante.

#### 4. Os categóricos de observação e sua função no holismo semântico de Quine

Dentre as funções que reservamos para os “categóricos de observação”, a mais importante seria a de servir como *pivô* para a comparação de teorias rivais. Além de resolver o problema de como testar teorias e ocasionalmente descartá-las como inadequadas, eles seriam uma solução para o problema da incomensurabilidade teórica, evitando assim o famigerado relativismo epistêmico.

A idéia de ver os “categóricos de observação” como os melhores candidatos a pivô para a comparação de teorias rivais acarreta contudo algumas dificuldades, como o próprio Quine admite. Para cumprir adequadamente o seu papel de “pivôs”, os “categóricos” teriam de: (1) poder ser deduzidos a partir das teorias;

(2) ser teoricamente neutros em relação a ela; (3) poder ser confrontados com a experiência. Assim, investigaremos em seguida cada um desses itens.

#### 4.1. Os categóricos podem ser deduzidos a partir das teorias?

A primeira exigência que mencionamos está relacionada ao modo como essas sentenças especiais poderiam ser derivadas das teorias. Como o próprio filósofo observa (Quine 1981, p. 26), se, por um lado, a teoria que comporia, ela toda, o antecedente dessa implicação hipotética seria composto de *sentenças permanentes* (ou seja, de sentenças que já possuem um valor de verdade fixo), por outro, os categóricos de observação (que formariam o conseqüente) seriam compostos por *sentenças de ocasião* (sentenças que não teriam, individualmente, valores de verdade fixos). Assim, as sentenças de ocasião, cada uma isoladamente, não poderiam ser implicadas diretamente por sentenças teóricas permanentes. A possibilidade de que exista uma relação lógica entre “teoria” e “categóricos de observação” depende, conseqüentemente, de um ponto de crucial importância: que a estrutura completa, formada pelas *sentenças de observação* unidas duas a duas pelo condicional (i.e., o que chamamos de um “categórico de observação”) possa ser considerada uma sentença permanente. Com efeito, no *Pusuit of Truth*, Quine afirma com bastante clareza que, apesar de composto por duas *sentenças de ocasião*, o categórico de observação já é uma sentença permanente e, portanto, uma sentença que poderia ser implicada logicamente por uma teoria:

Apesar de ser composto por duas sentenças de ocasião, o categórico de observação é, ele próprio, uma sentença *permanente* e, portanto, adequado para ser implicado por uma teoria científica. Desse modo ele resolve o problema de conectar logicamente a teoria com a observação, bem como o de representar uma situação experimental. (Quine 1992, p. 10)

Uma afirmação como essa, no entanto, seria apenas uma afirmação dogmática, não fosse acompanhada de justificativas. E, de fato, logo em seguida, Quine argumenta em favor de sua validade. A razão que leva o filósofo a fazer essa afirmação é, com efeito, bastante simples: ao unirmos duas *sentenças de ocasião* num condicional, elas se tornariam *partes* componentes de uma sentença complexa, composta por uma relação, o condicional “se . . . , então . . .”, e por duas *sentenças incompletas*, *a* e *b*. Segundo Quine, poderíamos esquematizar a forma lógica de

um categórico da seguinte maneira: “sempre que  $a, b$ ”. Ou seja, estaríamos quantificando sobre tempo e, portanto, fazendo uma afirmação geral com um valor de verdade próprio e determinado, ou seja, uma *sentença permanente*.

Como o categórico é uma *sentença permanente*, ele pode constar como o conseqüente de uma outra implicação, cujo antecedente seriam sentenças teóricas também permanentes. Além disso, temos no seu interior as condições iniciais representadas pelo antecedente e as conseqüências empíricas representadas pelo conseqüente. Ambas são, portanto, deriváveis da teoria ao mesmo tempo.

Como podemos facilmente constatar na literatura filosófica, sentenças com datação completa, com referências espaciais e constituídas apenas por termos observacionais, ocupavam classicamente o papel de elementos constitutivos da base empírica da ciência (vide as sentenças protocolares dos positivistas lógicos). Assim, um ponto importante na estratégia de Quine é a transferência dessas especificações de data e lugar da parte *observacional* para a porção *teórica* da nossa linguagem. Com efeito, ao preconizar essa transferência, o filósofo está propondo uma mudança bastante ousada no modo como tradicionalmente se encarava essa divisão.

Especificações de tempo e lugar ainda são indispensáveis para a ciência, mas nós as jogamos escada acima: nós as despachamos para a rede de conceitos teóricos à qual elas pertencem, numa distância confortável da observação. (Quine 1981, p. 28)

A tese que estamos atribuindo a Quine está claramente manifesta na sua escolha de *sentenças de ocasião*<sup>13</sup> como *partes* componentes dos *categóricos de observação*. Assim, o que estaria em contato direto com a experiência não seriam sentenças particulares, que contivessem coordenadas espaço-temporais, mas sentenças sem datação “completa”. Sentenças, por assim dizer, inacabadas, contendo apenas verbos conjugados (como por exemplo: “faz frio”, “chove” e “há vermelho”).

As sentenças dadas por Quine como exemplos de *sentenças de ocasião* são exatamente aquelas que eram normalmente consideradas por lógicos e filósofos como tendo um sentido “incompleto”. Segundo essa visão mais comum, isso aconteceria porque certos aspectos relevantes para o valor de verdade do proferimento não estariam completamente especificados na própria sentença. Por essa razão, de acordo com a maioria dos lógicos, sentenças como essas deveriam ser “expurgadas” de uma linguagem logicamente perfeita sob a alegação de serem “pseudo-proposições” (Hintikka 1973, pp. 64–5). Assim, trata-se de uma grande

originalidade de Quine recusar o caráter supérfluo atribuído a essas “sentenças” (as sentenças de ocasião) e atribuir-lhes um papel fundamental no processo de teste de nossas teorias, bem como no processo de atribuição de linguagem. Com efeito, segundo o filósofo, elas seriam a única “porta de entrada” de uma língua numa situação de tradução radical (Quine 1993, p. 110).

A mudança radical que estamos atribuindo a Quine é, na verdade, baseada numa observação bastante sutil por parte do filósofo. O que Quine percebe é que essas sentenças especiais, quando proferidas concomitantemente a uma determinada ocasião, expressam algo singular, mas quando unidas num condicional compõem uma afirmação geral. Esse é justamente o aspecto mais interessante da opção de Quine: colocar de cabeça para baixo o antigo esquema tradicional. Assim, aquilo que entra em contato com a experiência não são aquelas que usualmente consideramos como sentenças particulares, mas afirmações bem diferentes, que, apesar de observacionais (comandarem assentimento imediato frente a uma situação estimuladora e ao seu proferimento), pertencem a uma sentença geral (o categórico de observação).

#### 4.2. Os categóricos são teoricamente neutros?

Como listamos no início da seção 4., um segundo aspecto essencial para que os categóricos possam desempenhar adequadamente o seu papel consiste na exigência de que eles tenham um conteúdo empírico próprio e neutro teoricamente. Podemos entender “neutralidade teórica” nesse contexto como sendo a possibilidade de “tradução” segundo critérios puramente comportamentais, ou seja, do ponto de vista atributivo de um lingüista diante de um nativo e de situações estimuladoras e, portanto, de modo independente das crenças (ou da teoria) do falante.

Vamos examinar, em primeiro lugar, os dois primeiros elementos que compõem os categóricos: as duas *sentenças de observação*. Quine afirma que, quando consideradas como sentenças de ocasião, elas têm um conteúdo empírico próprio, sendo, portanto, traduzíveis em uma situação radical. Com efeito, já no *W&O* Quine enfatiza que as sentenças de ocasião de observação podem ser consideradas como unidades indecomponíveis<sup>14</sup> e associadas por ostensão a uma situação estimuladora inteira que cause assentimento ou dissentimento. Mesmo que tenham sido apreendidas de outra maneira (por composição de partes que apareçam antes em outras sentenças), elas poderiam sempre ser, mais tarde, associadas por ostensão a essas situações.

As frases de observação [...] são livres das indeterminações que atingem a tradução das frases teóricas, pois elas podem ser apreendidas por ostensão, como na infância ou no primeiro contato do lingüista com a língua nativa. (Quine 1993, p. 111)

Mas em que consiste essa associação por ostensão? Para Quine, é uma relação puramente causal, um proferimento e uma estimulação incitam o falante a assentir ou dissentir verbalmente. Aquilo que causa essa resposta no falante, contudo, não são objetos, mas situações complexas ainda não sujeitas a uma interpretação teórica. Assim, em resposta aos protestos de Putnam de que as sentenças de observação também deveriam ter os seus significados indeterminados, ou seja, também deveriam ser atingidas pela tese da indeterminação do significado, Quine afirma:

[...] Mas o que falta a Putnam é a minha distinção entre considerar uma sentença de ocasião holofrasticamente e considerá-la analiticamente, i.e., analisado-a. Quando a criança ou o lingüista de campo aprende uma de suas precoces sentenças de observação por ostensão, ela (ou ele) a aprende holofrasticamente. É holofrasticamente que essas sentenças estão condicionadas aos feixes de estimulação, e é holofrasticamente que o seus significados estimulativos são seus significados. Mesmo quando elas são sentenças de uma só palavra, seria anacrônico primeiramente classificá-las como termos que se referem a coisas. (Quine 1998, p. 428)

A excepcionalidade mantida no caso das sentenças de observação se deveria ao fato delas poderem se ligar *holofrasticamente* (ou seja, de modo direto e não mediado por uma relação de referência) a situações estimulativas.

O aspecto de neutralidade teórica<sup>15</sup> da conexão existente entre as “sentenças de observação” e a “estimulação” é bem mais enfatizado a partir de 1970, quando o filósofo passa a usar a expressão “*holofrástica*” para qualificar a relação existente entre as sentenças de observação e as situações que causam o assentimento do falante (1970a, p. 182). Com efeito, o termo “holofrástico” começa a ser empregado com frequência por Quine apenas no “Progress on two fronts”, de 1996.

Como já foi observado, o filósofo usa essa expressão sempre que quer se referir ao fato de que a relação das sentenças de observação com as situações de proferimentos deve ser considerada uma relação direta, sem intermediários, ou seja, essas sentenças não seriam analisadas em função do modo como os seus termos se referem a objetos na realidade, mas como sentenças de uma só palavra as quais assentimos diante de certas situações estimuladoras igualmente não analisadas.

Assim, as sentenças de observação consideradas holofrasticamente (como um todo) podem se associar diretamente à estimulação de um modo independente de seu conteúdo teórico, ou seja, de um modo não referencial.

Holofrasticamente [...] as sentenças de observação estão ancoradas a entrada neural sensitiva, independentemente do seu conteúdo teórico.  
(Quine 1993, p. 110)

Segundo Quine, podemos, é claro, considerá-las à luz do que o filósofo chama de *hipóteses analíticas*,<sup>16</sup> ou seja, podemos compará-las às sentenças permanentes, ou às sentenças de observação, de uma outra língua, relacionando os seus componentes com os delas segundo uma correlação um para um. Se as consideramos desse modo, contudo, o significado resultante atribuído passa a ser apenas um dentre muitos possíveis (poderíamos imaginar outras correlações igualmente compatíveis com o comportamento verbal observado), ou seja, indeterminado do ponto de vista de tradução.

Vistas segundo *hipóteses analíticas*, que correlacionem arbitrariamente as suas partes com as partes de sentenças da língua nativa, por exemplo, as sentenças de observação do nativo seriam compostas por termos que teriam por referência objetos. Essa ontologia porém não seria unívoca, ou seja, haveria mais de uma ontologia compatível com os dados. Para alterar as referências (ou extensões) das expressões de uma língua bastaria alterar as hipóteses analíticas que estivesse estabelecendo a correlação. Como Quine ressalta no segundo capítulo de *W&O*, mais de um manual de tradução poderia estar de acordo com os comportamentos verbais observados.

É oportuno frisar esse aspecto fundamental da tese da inescrutabilidade da referência:<sup>17</sup> considerar os proferimentos de uma situação de tradução radical “frases de uma só palavra”. O ponto fundamental, muito bem colocado por Quine, é o de que, numa situação de tradução radical na qual contamos apenas com o auxílio do comportamento verbal do falante e das situações estimuladoras observáveis, só podemos atribuir a essas sentenças de observação um conteúdo semântico não predicativo, ou seja, que não envolva uma distinção sujeito-predicado.

Consideremos o exemplo das sentenças inteiras “Coelho” e “Brancura”. Podemos concluir que o nativo esteja assentindo ao mesmo tempo para “Coelho” e “Brancura”, mas não podemos inferir disso que ele esteja querendo dizer que “esse coelho é branco” ou mesmo que “aqui está um coelho”. Segundo Quine em seu famoso experimento radical, o mesmo comportamento verbal se repetiria se

analisássemos o proferimento do nativo como sendo o de que “aqui se encontram partes *brancas* não destacadas de coelho”, ou mesmos que temos no cenário um “*coelho* marrom” e “*flores brancas*”.

Assim, Quine chega à conclusão já mencionada de que as sentenças de observação consideradas como totalidades têm apenas um significado “estimulativo”,<sup>18</sup> ou seja, podemos estabelecer que o nativo esteja disposto a assentir a ou dissentir delas, naquelas situações. Mas, e esse é um ponto bastante sutil, não podemos estabelecer um significado mais forte do que esse, como por exemplo, o de que o nativo esteja se referindo àquele “coelho” e dizendo que a ele se aplica o *predicado* “ser branco”.

A necessidade de banir a distinção entre termos singulares e termos gerais, bem como as relações referenciais desses termos, da análise primária de uma sentença observacional se mostra ao mesmo tempo um limite e uma vantagem. Assim, quando consideradas primariamente de modo *holofrástico*, as sentenças de observação teriam um conteúdo empírico próprio, “o par ordenado, composto pelas situações as quais o nativo estaria disposto a assentir a, ou dissentir de um proferimento” (Quine 1960, pp. 32–3), e esse conteúdo seria, sim, neutro teoricamente (ou seja, não estaria comprometido com os objetos que, segundo a teoria, deveriam ser postulados). Somente quando as sentenças de observação fossem consideradas à luz de hipóteses analíticas, poderíamos considerar seus termos componentes como sendo *semanticamente determinados*, ou seja, poderiam ser interpretados em termos de sua referência ou extensão. Nesse segundo caso, no entanto, os significados dessas sentenças seriam determinados pela teoria na qual elas estivessem imersas e pelas hipóteses analíticas que tivéssemos adotado, mas então elas teriam perdido a sua neutralidade teórica e o seu significado teria de ser considerado “paroquial”.<sup>19</sup> Ou seja, esse significado “mais forte” não serviria para comparar sentenças de línguas/teoria diferentes.

Além da tradução teoricamente neutra das sentenças de observação quando consideradas *holofrasticamente*, em *W&O* Quine investiga também a tradução interlingüística dos conectivos  $\wedge$  e  $\neg$  usando o mesmo método do experimento de tradução radical. A relevância dessa investigação para o problema que estamos discutindo é clara: se pudéssemos atrelar a esses dois conectivos critérios comportamentais, poderíamos fazer isso também com o condicional, o segundo elemento que entra na composição dos categóricos. Em termos semânticos, isso significaria dizer que a relação inferencial estaria disponível interlingüisticamente. Com efeito, em *W&O* Quine afirma que “as funções de verdade podem ser traduzidas” (p. 68) e conclui que:

Daquilo que tomamos como sendo a lógica, o segmento vero-funcional é a única parte cujo reconhecimento, numa língua estrangeira, podemos ser capazes de atrelar a critérios comportamentais. (Quine 1960, p. 61)

É verdade que em *Roots of Reference* Quine retrocede e aceita apenas a traduzibilidade da parte “veriditivo-funcional” da lógica (assentimento, dissentimento e abstenção, ou seja, não podemos ter disponível interlingüisticamente o princípio do terceiro excluído). Assim, admitindo que tenhamos traduzido “sim” e “não” corretamente, podemos em seguida traduzir os conectivos lógicos, contanto que nos mantenhamos no âmbito da lógica verídico-funcional. Podemos, em seguida, traduzir o condicional como o caso no qual o nativo dissente para a seguinte conjunção: a afirmação do antecedente e a negação do conseqüente.

#### 4.3. Os categóricos de observação podem ser confrontados com a experiência?

O último requisito que os categóricos devem cumprir para exercerem a sua função de pivô é o de poderem ser confrontados com a experiência, ou seja, testados intersubjetivamente. O teste proposto por Quine para testarmos um categórico é em si muito simples: basta aguardarmos uma ocasião na qual o antecedente seja satisfeito (ou mesmo provocarmos artificialmente essa situação) e então observarmos se o conseqüente também se dá.

Um categórico de observação é uma miniatura de teoria científica que podemos testar experimentalmente esperando por uma ocasião na qual o primeiro componente do categórico seja satisfeito, ou mesmo provocar a sua satisfação, e então esperar para ver se o segundo componente será satisfeito. (Quine 1995, p. 26)

Esse teste, contudo, não tem como objetivo a confirmação da teoria. Já antecipando algumas possíveis críticas, Quine frisa que em nenhum momento ele defendeu a opção de *confirmarmos* as nossas generalizações através desses testes. A solução que Quine toma emprestado de Popper consiste na tese de que as teorias podem apenas ser *infirmadas* pela experiência (de modo conclusivo), sendo isso feito através de uma inferência que siga a regra do *modus tollens*. Esses categóricos, portanto, seriam *derivados* de um conjunto de *hipóteses* (construídos a partir de nossas expectativas) e, em seguida, testados em busca de uma resposta negativa. A sua principal função seria a de servirem como pontos de contato

entre teoria e mundo, ao permitirem um teste empírico *negativo*. Assim, a nossa busca é por checagens “negativas”, aquelas que tornem o nosso condicional falso. Buscamos casos em que assentimos a uma estimulação e ao proferimento do antecedente (a *prótesis*), e dissentimos da outra estimulação e do proferimento do conseqüente (a *apódasis*).

O passo fundamental para a solução do problema de como testar um categórico é a relação “holofrástica” que as sentenças de observação podem manter com as situações indutoras. Assim, embora o categórico de observação seja uma sentença permanente, as sentenças de observação que o compõem (que são sentenças de ocasião), quando conectadas diretamente a uma situação, passam a ter naquele único momento o seu valor de verdade dependente, não da teoria, mas da situação presente. E essa conexão direta, é claro, seria teoricamente neutra.

Caso concedamos a Quine que as suas sentenças de observação possam se conectar holofrasticamente às estimulações possíveis, passaremos a considerar então os categóricos de observação como pontos de checagem negativos para teorias, como quer o filósofo.

#### 4.4. Os categóricos podem desempenhar o papel de “pivôs”?

Os dividendos que Quine almejava extrair da noção de “categóricos de observação”, no entanto, eram ainda mais ambiciosos. Além de testarmos as nossas próprias teorias, teríamos de ser capazes de comparar, de alguma maneira, duas teorias diferentes que versassem sobre o mesmo conteúdo empírico bruto. Ou seja, os categóricos de observação, compostos por pares dessas sentenças de ocasião especiais, deveriam estar prontos a servir agora como pivôs dessa comparação. Contudo, isso só seria possível se ao menos essa parte da linguagem — os categóricos — pudesse ter critérios semânticos teoricamente neutros, ou seja, traduzíveis numa situação radical (ou ainda, interlingüísticos).

A tradução [radical] de fato goza de uma razoável determinação no que diz respeito aos categóricos de observação e aos conectivos lógicos. Desse modo, poderíamos avançar mesmo na tradução radical equacionando o conteúdo empírico interlingüisticamente. (Quine 1992, p. 51 e 53)

A conclusão que Quine parece extrair desse procedimento é a de que os conteúdos interlingüísticos dos categóricos de observação seriam aqueles que fossem

implicados pelo seu significado estimulativo. Já os conteúdos empíricos que fossem implicados pela estrutura predicativa estariam ausentes desse procedimento comparativo.

Essa conclusão, no entanto, não significa que apenas os categóricos de observação sejam traduzíveis. Como podemos traduzir os conectivos lógicos e, especialmente, o condicional, temos também disponível de modo transcendente a relação lógica que existe entre o “categórico de observação” e cada uma das teorias. Ou seja, temos todo o “esqueleto lógico proposicional” da teoria disponível para ser mapeado na teoria rival.

Um ponto obscuro na explicação de Quine e no modo como os categóricos desempenhariam o seu papel de *pivôs*, no entanto, é a maneira como os categóricos seriam infirmados, sem a possibilidade de se recorrer às estruturas predicativas das duas sentenças de observação. Mesmo que um cientista estivesse disposto a assentir ao proferimento do condicional, ao do antecedente e ao do conseqüente, e o outro estivesse disposto a fazer o mesmo em relação ao categórico que fosse derivado da sua própria teoria, será que ambos estariam assentindo à (ou dissentindo da) mesma “coisa”? Ou seja, será que essa *nova* noção de “*comensurabilidade*” proposta por Quine seria suficiente para decidir se uma sentença “verdadeira” em uma teoria seria a *mesma* “*sentença*” que é “falsa” na outra? Essa questão nos faz lembrar das objeções de Fodor e Lepore em relação a considerar uma sentença como uma fórmula vazia a qual poderíamos atribuir diferentes conteúdos semânticos — o que os filósofos chamaram de trivialização da tese de D/Q. Para respondermos a essas perguntas, vamos lembrar qual parte dos categóricos estaria disponível para Quine de modo transcendente, comparando-a a concepção tradicional de verdade.

## 5. A concepção tradicional de verdade e a noção quineana de “significado estimulativo”

Na concepção tradicional, uma concepção que remonta, como é sabido, a Platão e a Aristóteles, a verdade de uma sentença seria definida como o sucesso de uma correspondência na qual, de um lado, teríamos uma relação interna à sentença entre sujeito e predicado e, de outro, uma relação no mundo entre “propriedades” e “indivíduos”. Por conseguinte, uma sentença verdadeira seria aquela que representasse corretamente, através da combinação de seus termos, a combinação das coisas no mundo (uma relação bem sucedida de correspondência) e, por contra-

partida, uma sentença falsa, aquela que representasse combinações inexistentes (em contrapartida, essa seria uma relação de correspondência mal sucedida).

Mas, como já foi discutido anteriormente, em uma situação de tradução radical, as partes subproposicionais do “sujeito” e “predicado” (que ocorrem no interior de uma sentença de observação) não estariam disponíveis de modo transcendente, pois não poderiam ser determinadas através de critérios *puramente comportamentais*. Assim, não teríamos como estabelecer a famosa *correspondência* exigida pela teoria da verdade de Aristóteles, ao menos do ponto de vista transcendente ou interlingüístico.

Com efeito, Quine aceita essa definição de “verdade” tradicional, mas considera que o procedimento de determinação da verdade de uma sentença seja “interno” a uma linguagem já estabelecida. Portanto, segundo o filósofo americano, apenas se adotarmos, como manual de tradução entre falantes de uma mesma língua, a função identidade, assumindo assim que a língua do falante seja a mesma do ouvinte, poderemos explicar a referência segundo paradigmas de desapeamento nos termos da teoria da verdade de Tarski (Quine 1992, p.52). Contudo o filósofo torna a enfatizar que esse procedimento só seria válido no âmbito interno a uma língua. Mais uma vez, não poderíamos usar esses critérios de tradução para garantir significados interlingüísticos.

Assim, se nos voltarmos novamente para a situação de tradução radical, não poderemos definir “verdade” do modo Aristotélico, nem do modo Tarskiano. Apenas os padrões de assentimento a cada um dos elementos sentenciais de uma teoria (o seu “significado estimulativo”) seriam preservados. Portanto, apenas eles seriam interlingüísticos e, por isso, capazes de viabilizar a comparação entre teorias rivais. Com efeito, os “significados estimulativos” dos categóricos de observação permaneceriam intocados, mesmo frente a uma reinterpretação um-para-um das relações referenciais dos termos componentes de cada uma das sentenças de observação que o compõem, estando, portanto, disponíveis de modo interlingüístico. Esses “significados estimulativos”, contudo, não seriam suficientes para determinar, nem a extensão de um predicado, nem a sua intensão (cf. Velloso 2005).

Vejamos como isso funcionaria. Consideremos um categórico de observação que tratasse sobre objetos ou propriedades distintas em teorias diferentes (tivesse “significados intensionais” ou mesmo “extensionais” diferentes). Mesmo nesse caso, ainda poderíamos considerar aquele categórico ainda não interpretado (ou o seu conteúdo empírico bruto) como adequada empiricamente às duas teorias. Para tanto, bastaria que ele fosse associado a uma certa seqüência de estimula-

ções e o seu proferimento fosse objeto do assentimento dos falantes em ambas as comunidades.

Segundo o procedimento sugerido por Quine, as duas linguagens/teorias seriam equiparáveis, não só quanto aos seus categóricos de observação, como também quanto às suas estruturas lógicas intersentenciais. Conseqüentemente, se um categórico de observação fosse derivado de uma teoria e se constituísse em alvo de assentimento pelos cientistas partidários dessa teoria, ele encontraria a sua contrapartida (a sua “proxy”) que seria alvo de assentimento na outra. O mesmo aconteceria com as relações lógicas entre as sentenças. Esse é para Quine o significado real do relativismo ontológico. Ou seja, as duas teorias poderiam versar sobre um domínio de objetos diferentes e ainda assim serem comparáveis empiricamente, bastando para tanto que seus categóricos tivessem o mesmo “significado estimulativo” em ambas as teorias.

Em um trecho do artigo “In praise of observation sentences”, de 1993, Quine expõe a sua posição da seguinte maneira:

[...] as corroborações empíricas sensórias que fundamentam a ciência são indiferentes às coisas que a ciência diz que existem, contanto que a identidade e a diversidade entre elas sejam preservadas. [...] À medida que dependem das corroborações empíricas, os objetos figuram apenas como nós neutros na estrutura lógica de nossa teoria total sobre o mundo. (Quine 1993, p. 112)

Desse modo, restaria para Quine como transcendente um “esqueleto”, uma “estrutura sentencial”, ou seja, uma rede composta de categóricos de observação, acrescida das relações inferenciais mantidas entre eles (Quine 1992, p. 53). Esse “esqueleto sentencial”, no entanto, não é tão pouco quanto parece. Com ele, teríamos já toda a rede inferencial das várias teorias/linguagens. Precisariamos, no entanto, abrir mão, nada mais, nada menos, do que da *predicação* como instrumento de avaliação transcendente (ou interlingüística) da “verdade” e do “significado”, no sentido forte da palavra, de uma sentença.

Uma possível conclusão para essa situação seria a de que, ao abrir mão de um significado forte e transcendente para conectar os categóricos de observação ao mundo, Quine teria também abandonado a tentativa de construir uma teoria semântica que tivesse como parâmetro as interpretações de um sujeito isolado frente ao mundo. A alternativa que podemos vislumbrar para Quine a partir de suas conclusões seria a de abrir mão da idéia de encontrar a interpretação individual “correta” do mundo, para depois torná-la comunitária e, no lugar dessa abor-

dagem cartesiana, usar a noção de “significado estimulativo” como um índice de concordância entre os falantes e portanto de sucesso comunicativo. Nesse caso, apenas uma diferença de “significado estimulativo”, tanto dos categóricos de observação, quanto dos conectivos lógicos, seria uma razão para reavaliar o sucesso da nossa tradução.

## Referências

- Block, N. 1986. “Advertisement for a semantics for psychology.” *Midwest studies in philosophy* 10: 615–78.
- Fodor, J. 1992. & Lepore, E. *Holism: a Shopper’s Guide*. Oxford: Basil Blackwell.
- Grünbaum, A. 1962. “The Falsifiability of Theories.” *Synthese* 14: 17–34.
- Hempel, C. G. 1959. “The Empiricist Criterion of Meaning.” In Ayer, A. J. (ed), *Logical Positivism*, p.108.
- Hintikka, J. 1973. *Time and Necessity: Studies in Aristotle’s Theory of Modality*. London: Oxford University Press.
- Lepore, E. 1995. “Quine, analyticity and transcendence.” Publicado sob o título: “Two dogmas of empiricism and the generality requirement”, *Nous* 24: 468–80.
- Putnam, H. 1986. “Meaning holism.” In Hahn, L. E. & Schilpp, P. (eds), *The Philosophy of W. V. Quine*. Illinois: Open Court, p. 405–26.
- Quine, W. V. O. 1953. “Two dogmas of empiricism.” In *From a logical point of view*. Cambridge: Harvard University, pp. 20–46.
- . 1960. *Word and Object*. Massachusetts: MIT Press.
- . 1970a. “On the reasons for the indeterminacy of translation.” *The Journal of Philosophy* 67: 178–83.
- . 1970b. *Philosophy of Logic*. Cambridge: Harvard University Press.
- . 1974. *The Roots of Reference*. La Salle, Illinois: Open Court.
- . 1975a. “A comment on Grünbaum’s Claim.” In Harding, S. G. (ed), *Can Theories be Refuted? Essays on the Duhem-Quine Thesis*. Dordrecht/Boston: D. Reidel Publishing Company, p. 132.
- . 1975b. “On empirically equivalent systems of the world.” *Erkenntnis* 9: 313–28.
- . 1981. “Empirical content.” In *Theories and Things*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 24–30.
- . 1987. “Indeterminacy of translation again.” *The Journal of Philosophy* 84: 5–10.
- . 1991. “Two dogmas in retrospect.” *Canadian Journal of Philosophy* 21: 265–74.
- . 1992. *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard University Press.
- . 1993. “In praise of observational sentences.” *The Journal of Philosophy* 90(3): 107–16.

- . 1995. *From Stimulus to Science*. Cambridge: Harvard University Press.
- . 1996. "Progress on two fronts." *Journal of Philosophy* 93(4): 159–63.
- . 1998. "Reply to Hilary Putnam." In Hahn, L. E. & Schilpp, P. A. (eds), *The Philosophy of Quine, expanded edition*. Illinois: Open Court, p. 427.
- Schlick, M. 1959. "The foundation of knowledge." In Ayer, A. J. (ed), *Logical positivism*. New York: The free press, pp. 209–27.
- Velloso, A. 2005. "Duas Vias levam ao Holismo semântico de Quine." In Dutra, L. H. & Mortari, C. A. (orgs), *Anais do IV Simpósio Internacional Princípiã*, v.1. Florianópolis: NEL — Núcleo de Epistemologia e Lógica, pp. 47–66.

### Keywords

Quine, semantical holism, observational categoricals, incommensurability of theories.

Araceli Velloso  
 Universidade Federal de Goiás  
 Brasil  
 ar.veloso@uol.com.br

### Resumo

Os "categóricos de observação" constituem uma categoria muito especial de sentenças que assumiram um papel de grande importância na fase final da obra de Quine. Segundo o filósofo americano, a estrutura gramatical e, por conseguinte, o papel desempenhado por essas sentenças, consideradas pelo filósofo como o "conteúdo empírico neutro" das teorias, resolveria diversas dificuldades em semântica e epistemologia. Dentre elas as mais urgentes seriam: a incomensurabilidade de teorias, a questão da sua verificabilidade empírica, bem como explicar como se dá o processo comunicacional. Dada a magnitude da tarefa a elas atribuída e ao seu tardio surgimento, consideramos de suma relevância investigar em detalhes a origem dessa escolha, bem como a estrutura e função dessas sentenças, peculiares à abordagem semântica do filósofo americano.

### Palavras-chave

Quine, holismo semântico, categóricos de observação, incomensurabilidade de teorias.

*Princípiã*, 10(1) (2006), pp. 81–104.

## Notas

<sup>1</sup> Quarenta anos depois, no “Two Dogmas in retrospect”.

<sup>2</sup> Putnam 1998, Grünbaum 1962, e Fodor e Lepore 1992, entre outros.

<sup>3</sup> O segundo capítulo do *Word and Object*.

<sup>4</sup> Essa categoria de sentenças será mais bem explicada posteriormente, mas por enquanto podemos dizer que “sentenças de ocasião” são aquelas que dependem da estimulação presente para receber a aprovação de um falante. Já “sentenças de observação” são “sentenças de ocasião” que dependeriam quase exclusivamente da estimulação presente e muito pouco de informações colaterais.

<sup>5</sup> Essas dificuldades são muito bem colocadas por Fodor e Lepore na introdução do livro *Holism a Shopper Guide*, bem como por Ned Block (1986).

<sup>6</sup> O argumento de Fodor e Lepore leva em consideração basicamente apenas o material encontrado no artigo “Two Dogmas of Empiricism”, deixando de fora a posição semântica mais tardia de Quine, desenvolvida de *W&O* em diante.

<sup>7</sup> Fodor e Lepore mantêm a expressão “*enunciado*”, permanecendo assim de acordo o uso da expressão “*statement*” feito por Quine até 1970 (Quine 1970b, p. 2). A partir dessa data o filósofo americano passa a usar a expressão em inglês “*sentence*”, que traduziremos aqui por “sentença”.

<sup>8</sup> “Your claim that the Duhem-Quine thesis. . . is untenable if taken non-trivially strikes me as persuasive . . . For my own part I would say that the thesis as I have used it is probably trivial. I haven’t advanced it as an interesting thesis as such. [. . .] I’m not concerned even to avoid the trivial extreme of sustaining a law by changing a meaning; the cleavage between meaning and fact is part of what, in such context, I am questioning”. (Quine 1975a, p. 132)

<sup>9</sup> Na literatura filosófica corrente em língua inglesa essa expressão é conhecida como “*theory laden*”. Diversos filósofos, Putnam e Kuhn entre eles, bem como físicos como Duhem, nos alertaram para esse fenômeno, também conhecido como holismo epistemológico. Segundo essa posição filosófica, não se pode confirmar uma hipótese isoladamente, mas apenas quando ela estiver associada a um conjunto de hipóteses auxiliares que contribuem para o seu significado e, portanto, para o seu valor de verdade. Nesse caso, o próprio processo de determinação do significado e das condições de verdade de uma hipótese será (para usar uma expressão cunhada por Putnam no artigo “*Meaning Holism*”) “de cima para baixo”, dependendo pois da teoria aceita.

<sup>10</sup> A introdução da noção de “*confirmação*” no lugar da de “*verificação*” foi feita pelos próprios positivistas com o intuito de incorporar noções gerais e leis da física que só poderiam ser verificadas *em princípio*, ou seja, para falar de uma verificação possível apenas em princípio, embora não atual. (Hempel 1959, p. 110, nota 4).

<sup>11</sup> Essa dificuldade será mais bem explicada na seção 4.1..

<sup>12</sup> As sentenças de ocasião são aquelas cujo valor de verdade depende da situação na qual forem afirmadas. Elas serão mais observacionais à medida que seu valor de verdade depender mais exclusivamente da situação e menos de informações colaterais.

<sup>13</sup> Note-se que, ao contrário das sentenças protocolares, as sentenças de ocasião, que são candidatas a elementos constituintes dos categóricos, não contém referências a tempo e local. Elas contêm apenas dêiticos ou pronomes demonstrativos e pessoais, o que faz com que o seu valor de verdade dependa da situação presente. Elas lembram, com efeito, as “Konstatierung” de Schlick (Schlick 1959, p. 221), pois sua verdade depende de que seu proferimento seja acompanhado por uma situação correspondente. Elas seriam, portanto, evidentes, ou seja, dada essa situação, não poderíamos compreender o que seria considerá-las falsas e, ainda assim, proferi-las.

<sup>14</sup> Em 1970, no artigo “On the reasons for indeterminacy of translation”, Quine passa a chamar essa maneira de considerar as sentenças de observação como “*holofrástica*”.

<sup>15</sup> Ou de transcendência, como prefere chamar Lepore, em seu artigo “Quine, analyticity and transcendence”, e o próprio Quine em “Meaning and truth” (Quine 1970b, p. 19).

<sup>16</sup> Quando o lingüista segmenta a sentença do nativo em palavras componentes, equacionando-as hipoteticamente com palavras de sua própria língua.

<sup>17</sup> Ou da “indeterminação da tradução”, como Quine prefere chamar mais tarde.

<sup>18</sup> No *W&O*, Quine define “significado estimulativo” da seguinte maneira: “o significado estimulativo de uma sentença para um indivíduo sintetiza suas disposições para assentimento a, ou dissentimento de, uma sentença em resposta a estimulação presente” (Quine 1960, p. 34).

<sup>19</sup> Expressão de Quine para “ser imanente a uma língua”.